

“HOUVE RESISTÊNCIA E DEFESA”: CONFLITOS, CATECISMO E TERRITÓRIOS INDÍGENAS ENTRE O FINAL DO SÉCULO XIX E INÍCIO DO XX

“There was resistance and defense”: conflicts, catechism, and indigenous territories between the late 19th and early 20th centuries

Daniel da Silva Klein

Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, SP, Brasil

Resumo

Esta é a primeira análise narrativa sobre uma pesquisa de abrangência nacional que hora se desenvolve a respeito da questão indígena nas décadas finais do século XIX e nos primeiros anos do XX, onde delimitamos alguns temas que caracterizam as violações contra os povos originários daqueles tempos. O primeiro deles é a prática de trazer os indígenas ao que se pensava ser o mundo civilizado através das missões de catecismo, passando adiante para viagens de exploração pelos interiores do país, que eram ocupados por populações originárias, chegando às práticas de resistência onde esses povos pressionavam as autoridades estatais por seus direitos e, por último, os conflitos abertos que dizimaram povos inteiros. A tese é que as violações ocorridas naquele período de transição reverberam até os dias contemporâneos, sobretudo no avanço em territórios indígenas e nas ações recorrentes de extermínio dessas populações.

Palavras-Chave: Povos Indígenas; Violações; Territórios; Extermínio.

Abstract

This is the first narrative analysis of a nationwide research currently being developed on the indigenous issue in the final decades of the 19th century and the early years of the 20th century, where we delimit some themes that characterize the violations against the indigenous peoples of those times. The first of these is the practice of bringing the indigenous people to what was thought to be the civilized world through catechism missions, moving on to the missions of exploration through the country's interiors, which were occupied by indigenous populations, reaching the practices of resistance where these peoples pressured state authorities for their rights and, finally, the open conflicts that decimated entire peoples. The thesis is that the violations that occurred during that transitional period reverberate to contemporary times, especially in the advance over indigenous territories and the recurring actions of extermination of these populations.

Keywords: Indigenous; Violations; Territories; Extermination.

A MISSÃO SALESIANA, UMA INTRODUÇÃO AO ESTUDO

Tentamos compreender, com esse artigo, como os povos originários experimentaram um período de transição no Brasil, entre 1880 e 1910, período de transição entre o final do governo imperial e início do republicano, onde não houve, por parte dos governos, nenhuma ação estatal de nível nacional que se voltasse para essas populações. Nesse espaço temporal, o Brasil virou uma praça de guerra civil entre colonos, trabalhadores de obras públicas, comboieiros de gado e uma série de pessoas que lidavam cotidianamente com o meio rural de um lado e os povos originários de outro.

Somente em 20 de junho de 1910 é que o presidente Nilo Peçanha instituiu o Serviço de Proteção ao Índio e Localização dos Trabalhadores Nacionais, que tem uma exposição de motivos que justifica sua criação e com ela temos uma apresentação de todo o cenário precedente. Certamente escrita pelo Marechal Cândido Rondon, o primeiro diretor do Serviço, e assinada por Rodolfo Miranda, ministro da Agricultura, Indústria e Comércio, a exposição tinha por meta detalhar não só o preceito da nova instituição, a localização dos trabalhadores nacionais, como eram caracterizados os povos originários, mas demonstrar a completa ausência do Estado para mediar os conflitos com os indígenas até aquela data. A constatação no documento é que “estacionaram, quasi por completo, as tendências protetoras do índio nas esferas governamentais, nos últimos tempos”, por isso

Não pode, porém, a República permanecer na immobilide com que tem assistido, em muitos casos, ao massacre de índios e sua sujeição a um regimen de trabalho semelhante ao captiveiro sob o fundamento de lhe ser indiferente saber até que ponto pode coadunar-se com a lei e as responsabilidades de Governo a doutrina que os coloca ao nível de seres irracionais. Incumbe-lhe, ao contrário, velar por eles, guiá-los prudentemente, sem violência, porque se são inferiores e fracos, mais inílludivel é o dever de os defender contra os privilegiados e fortes (A Proteção dos Índios, 1910).

A linguagem que descreve os indígenas é característica do início do século XX, entendidos como selvagens que precisavam ser guiados pelo Estado, que os tutelariam. É inegável, contudo, que o texto reconhece haver um extermínio nacional contra os indígenas e que eles deveriam ser protegidos dos “privilegiados e fortes”. Chama a atenção a rejeição veemente de que essas populações eram compostas por “seres irracionais”, ou seja, havia dali por diante um marco.

O que sucedeu após 1910, porém, é assunto para outra pesquisa, porque o que nos ocupa é justamente esse cenário de ausência do Estado e a condição de conflagração que o próprio ministério reconheceu. Antes do Serviço, a única ação de cunho nacional com intuito de atuar junto às populações indígenas era a subvenção para a missão religiosa dos padres salesianos, no Mato Grosso. Esse financiamento era miserável, tendo em vista que em 1896 a quantia total foi de insignificantes 50 contos de réis, que deveriam cobrir todas as atividades¹. Além da penúria recursal, os padres tinham uma visão nada otimista dos indígenas apoiados pela missão, que estavam, segundo eles, quase todos “viciados pela convivência com os soldados no abuso de aguardente” e não tinham o costume de trabalhar para a obtenção dos brindes, roupas e ferramentas que recebiam.

Sem falar que os salesianos na missão Tereza Cristina trabalhavam somente duas horas por dia, produzindo resultados demorados e que os próprios consideravam um tempo limitado. O colégio, segundo diziam, era mais eficiente, porque contava com cento e quarenta e seis alunos, que frequentavam as aulas “com muita animação”, sendo importante “para a educação da mocidade e para o ensino litterario e profissional” (Estado do Mato Grosso, 1896).

Essa missão era a única ação federalizada para atuar junto aos povos indígenas e deveria funcionar adequadamente, mas não é bem isso que a documentação mostra. A missão passava por situações precárias, porque o “Mato Grosso é o único Estado que recebe auxílios para catechese, mas desde os tempos do regime monarchico ouvimos dizer que essa verba applica-se a tudo, menos ao fim a que é destinada”. A tribo Bororo já deveria ter sido catequizada em 1897, mas não se sabia quais eram suas aldeias e nem o tamanho do espaço que ocupavam. Nem mesmo os conflitos nas proximidades da missão eram mitigados, porque naquele ano o fazendeiro do sul de Goiás, Vicente de Paula, entrou em conflito com a tribo e há a notícia de que muitas pessoas foram mortas nos combates (Os Índios Bororos, 1897).

Na pesquisa de Paula Montero ficamos sabendo que os Bororo atendidos pela missão eram generosos com indígenas de outras tribos, porque o padre Balzola queixava-se dessa prática em presentear visitantes “com tudo o que haviam recebido dos missionários, depois pediam insistente mente aos missionários novos bens, deixando a missão em estado

¹ Segundo análises de numismática atuais, esses 50 contos de réis seriam equivalentes a 125 mil reais em moeda corrente. Conversor disponível em: <https://www.diniznumismatica.com/2015/11/conversao-hipotetica-dos-reis-para-o.html>. Acesso em: 10/09/2024.

permanente de carência". Ela nos diz que grande parte dessa falência missionária deve a uma imagem projetada de sociedade para os Bororo, que deveriam ser educados em uma ordem social diferenciada, o que ia na contramão da fluidez societária daquele povo, que se organizava a partir de núcleos domésticos autônomos, rejeitando centralismos sociais abrangentes (Montero, 2007, p. 56).

Dessa forma, o que tudo indica, a missão salesiana já era um fracasso para os seus contemporâneos do final do século XIX e não rendeu benefícios aos Bororo, que tiveram seu território fragmentado em seis terras indígenas, sendo que uma delas foi invadida e virou cidade e a outra, a Teresa Cristina, segue com sua demarcação indefinida – mesmo sendo ela a sede principal da antiga missão, sem falar que essas áreas somadas são trezentas vezes menor do que o território outrora original do grupo (Bororo, 2024). Apesar da falência dessa missão, muitos estados, como o Amazonas, requeriam a instalação delas em suas jurisdições, justificando os pedidos com uma possível redução na escalada dos conflitos:

Matar essa pobre gente, atormentá-la, obrigá-la a andar em correrias, em combates sanguinários, espionando-a, fazendo-a fugir com a bala, amedrontando-a, não é do povo civilizado, não é generoso e chega a ser covarde. O aborígene é um infeliz necessariamente um desesperado, quando vê uma perseguição tenaz e forte sobre si, superior em força, em número e em armas (Amazonas, 1897).

Através desse pedido, temos a dimensão das práticas de correrias executadas por seringalistas e demais proprietários que atacavam as aldeias. Ao revide dos indígenas, verdadeiras ondas de perseguição se seguiam, criando um círculo vicioso que o articulista reconhece como sendo um dos principais entraves para o desenvolvimento do Amazonas. Ele se pergunta: "não é uma obra de justiça desarmar a pacificação no seio desses índios, enviar missionários para ensiná-los, para mesmo domesticá-los?". Essa missão salesiana era, portanto, a única atividade federalizada voltada aos povos originários no tempo aqui delimitado, o que deixava um vazio que teria consequências trágicas.

Esse estudo deve muito a Darcy Ribeiro e seu *Os índios e a civilização*, e com ele abrimos alguns caminhos. Concordamos que no período republicano a "etnia em expansão" é um fruto maduro, que não deseja mais contribuições culturais dos indígenas. Mas não é possível afirmar com um olhar otimista que esse novo tempo deu aos povos originários "oportunidades algo maiores de sobreviver" do que antes, muito pelo contrário (Ribeiro, 2017, p. 28).

O que temos entre a década de 1880 e 1910 são sanhas destrutivistas sem qualquer tipo de barreira, a não ser um ou outro artigo de opinião, que apregoava a pacificação dos indígenas. Nesse tempo houve uma matança generalizada desses povos em todos os cantos do Brasil e é esse período sem freios que nos preocupa, por levar a um genocídio épico. Em 1890, as estimativas populacionais apontavam que os indígenas somavam um milhão e trezentas mil pessoas no Brasil, 9,6% da população total. Mesmo que esse levantamento seja discrepante, em 1920 o Serviço de Proteção ao Índio estimava esse número em um milhão e cem mil. O que se sabe é que esses contingentes quase que desapareceram para noventa e nove mil pessoas em 1957, 0,2% do total brasileiro² (Ribeiro, 2017, p. 227-228; Verona; Júnior, 2018, p. 4).

Esses números do genocídio são citados pelo próprio Darcy Ribeiro e o que nos preocupa é que antes de 1910 deu-se a gestação de práticas culturais que desumanizam os povos originários, os vendo como entraves ao desenvolvimento e que deveriam ser reduzidos em porções territoriais mínimas à força. Acontece, porém, que justamente naqueles anos se acelerava a interiorização de diversas frentes de colonização como a cafeicultura, pecuária, borracha e outras, o que levou a uma conflagração de guerra contra os povos indígenas, que reagiram com as forças que tinham.

O vazio estatal acentuou ainda mais a atuação de bugreiros, espias, capatazes e demais contratados dos proprietários nas correrias contra aldeias e seus moradores, ou seja, houve uma luta pela posse dessa zona rural, que deixava de ser comunal dos indígenas e passava a ser das propriedades de indivíduos brancos (não podemos esquecer que, para além desse vazio o próprio Estado fomentou esse avanço em muitas regiões). É nesses anos que surgem tais questões, que perduram até a contemporaneidade, quando assistimos gestores do executivo dizendo que “enquanto eu for presidente não tem demarcação de terra indígena” e senador reclamando dos indígenas porque “nunca vi reproduzir tanto”³.

OS INTERIORES BRAVIOS

O cenário do Brasil entre o final do século XIX e início do XX era fundamentalmente diferente, porque tratava-se de um país cujos interiores eram de terras prístinas, com sua

² Nesses números estamos levando em conta aquilo que Darcy Ribeiro diz ser as estimativas otimistas. Na pessimista, em 1957 teríamos pouco mais de sessenta e seis mil indígenas, 0,15% da população total.

³ Deliberadamente não citamos as fontes dessas falas, mas elas são facilmente encontradas na internet.

flora e fauna praticamente inexploradas. Não havia cercas delimitando propriedades, e os povos originários ainda habitavam a maior parte desse vasto país. Mesmo São Paulo era ainda permeado por florestas sem qualquer plantio e, principalmente, terras indígenas, como demonstra o relatório de Hyppolito de Carvalho em 1892.

Acompanhado de seu filho Cícero, Carvalho empreendeu entre julho e agosto daquele ano uma viagem que hoje estaria delimitada ao norte pela rodovia Washington Luís, ao sul pelo rio Paranapanema, a leste pelo Paraná e oeste pela cidade de Botucatu. Atualmente, essa região tem grandes cidades como Catanduva, Marília e Dracena, com algumas metrópoles como São José do Rio Preto, Araçatuba e Presidente Prudente. Nesta vasta região, algumas pequenas colônias foram abertas, mas tiveram breve vida, como a de Anhumas, completamente abandonada em 1890 devido aos constantes combates com os índios Kaingang, então denominados como Coroados (Viagens, 1892)⁴. O relato nos conta ainda que entre a Serra dos Agudos e o Tietê havia o que chama de deserto, porque ali um "civilizado" só teria chegado em 1891 e toda a redondeza recebia a "denominação original de Ninho da Bugrada". Mais a Leste existia outra região que identifica como um vazio, que seria para ele um tesouro

que pertence ao Estado de S. Paulo, pois todo elle é devoluto, e embora muitos afirmem possuir ahi grandes propriedades, eu por minha vez afirmo que n'aquelles sertões jamais habitante algum, a não ser índio bravio, assignala-se n'aquelles desertos, em que no interior das matas, ao meio dia, ao urro da onça, responde o sibilar da flecha e o estalar da corda, batendo de encontro ao arco do silvícola (Viagens, 1892).

A descrição de Carvalho procura demonstrar que naquelas terras não existiam propriedades rurais e estavam completamente desabitadas – os povos originários não contavam para ele. Segundo observou na viagem, o que existia eram pequenos posseiros, que residiam com muitos quilômetros de distância uns dos outros e as matas eram abundantes, assim como os indígenas. O último ponto que verificou ser povoado só por Kaingang era a região da foz do Paranapanema com o Paraná, não por acaso é onde hoje se situam as duas últimas regiões preservadas dessa porção territorial paulista, a Estação

⁴ Denominação genérica que descrevia principalmente os Kaingang, mas todos os indígenas que não fossem Guarani.

Ecológica Mico-Leão Preto e o Parque Estadual Morro do Diabo, que têm nas redondezas algumas outras manchas florestais⁵.

Assim como São Paulo possuía vastas zonas sem qualquer uso econômico, o Goiás era, também, quase todo inexplorado, como descreveu Adolpho Amorim. Em dezembro de 1895, empreendeu uma expedição de reconhecimento do lado direito do rio Tocantins na Ilha do Bananal, que até aquela data mal era conhecida. Amorim anotou que aquela margem era ocupada por denso cerrado com muitas árvores que serviam para corte como Jequitibá, Aroeira e outras. Somente após dois dias de viagem encontraram duas ubás, que segundo os guias da tribo Carajá, Thiobedô e Pedro Manco, pertenciam aos Javaé.

O barco aportou e os guias começaram a chamar os Javaé, que logo apareceram, dizendo que aquele “Christão é bom e que ia comprar na aldéa trem miúdo e dar rosário e fumo”. Orokê, líder daquela aldeia, subiu a bordo com mais alguns companheiros e receberam os presentes anunciados. Com receio dos visitantes, o chefe fez com que mulheres e crianças se esconderem nas matas ao redor. A liderança tratou de mandar trazer frutas, comidas e óleos, porque já tinha estado em viagem a cidade de Leopoldina e sabia dos gostos daquela gente (Estado de Goyaz, 1896).

Orokê tinha plena consciência situacional do que os brancos tinham o poder de fazer, por isso agia com cuidado e tratava os navegantes com hospitalidade, mas com uma vigilância que somente os indígenas Carajá perceberam, como veremos a seguir. Após três horas, partiram alguns quilômetros rio abaixo e chegaram ao porto da principal aldeia dos Javaé, chamando a atenção de todos a abundância de roças de banana, abacaxis e, principalmente, milho. O cacique Orokê levou o grupo das margens por um percurso de sete quilômetros até as casas, onde o terreno era ondulado. O trajeto, tão característico daquele cerrado quase virgem, foi espetacular porque “não se pode descrever a impressão que causou em todos nós a beleza da paisagem”. O luxuriante trajeto se conectava com a aldeia, igualmente bonita, asseada e organizada:

Ao fazermos os 500 metros que nos faltavam para chegar à pitoresca morada dos dominadores da Ilha do Bananal, levantamos os olhos extasiados ora para aquelles horizontes largos, onde se descobrem, lá muito ao longe, por um dos lados, a linha indecisa dos boritysaes, ora para a campina que se estende por outro lado e que parece não ter fim. O

⁵ A consulta nos mapas e demais dados sobre essas áreas foi feita a partir de: <https://uc.socioambiental.org/pt-br/arp/3194>. Acesso em: 11/09/2024.

córrego corre no meio de ligeira depressão e desagua em uma lagoa redonda, vista da aldeia. Tem umas 36 casas distribuídas em 3 ruas regulares. Há um pateo no qual vê-se um barracão alto, coberto de palhas, como as casas e que nos informaram ser destinado às dansas, tendo uns 50 metros de comprimento e uns 20 de largura, descoberto no meio. Os ranchos dos javahés são mais espaçosos do que os dos carajás, mais aceitados, mas sem cumieira, excepto o barracão das dansas (Estado de Goyaz, 1896).

Os visitantes ficaram completamente plasmados pela estética do ambiente, que se somou à recepção alegre e festiva dos Javaé. Durante o tempo em que lá estiveram comeram, receberam muitos presentes, foram levados a conhecer as plantações de fumo e criações de galinhas, onde Amorim notou que criavam cachorros também. Registrhou que na ilha tinham ainda mais três aldeias e nenhum assentamento tido por ele como civilizado. Tanto na chegada, quanto na saída, os guias Carajá contaram entre trinta e cinquenta guerreiros Javaé escondidos nas matas ao redor do caminho, informando ao comandante, quando já estavam de volta ao barco, “que muitos dos taes guerreiros mostrarão-se desejosos de victimar os hóspedes”.

A expedição seguiu e, em poucos dias, retornava a capital estadual, nos deixando um relato detalhado sobre a aldeia Javaé e seus arredores completamente extasiante. Nos chama a atenção o cuidado dos indígenas para com os visitantes, colocando vigias e escondendo mulheres e crianças. A beleza e os lugares intocados do cerrado são, hoje, referências desse passado que já quase não existem, porque até a década de 1920 as atividades econômicas nessa porção do Brasil eram a agricultura de subsistência, exploração mineira e, sobretudo, a criação de gado, sendo esse o principal fator para a modificação da biodiversidade naquele bioma. Essa paisagem foi sumindo porque incêndios gigantescos para a introdução de gramíneas exóticas já eram muito comuns no final do século XIX e o avanço do agronegócio, após a Segunda Guerra Mundial, acentuou ainda mais a destruição dessa floresta tipicamente brasileira (Brandt; Silva; Valentini, 2020, p. 384- 390).

Apesar de mais ocupada que o norte de Goiás, Santa Catarina ainda abrigava vastos terrenos virgens e habitados por povos indígenas, tanto que atraiu a atenção do etnólogo alemão Hermann von Meyer, que dirigiu uma expedição para aquele estado em 1896. A expedição saiu da capital Nossa Senhora do Desterro⁶ e logo se deparou com a Serra do Mar, naquele tempo quase que totalmente habitada por bugres, nomenclatura generalista para

⁶ Nome que foi conspurcado pelo presidente Floriano Peixoto em represália aos habitantes da capital catarinense, que se opunham ao seu governo.

os Guaranis, Kaingang e, principalmente, Xokleng. Além disso, a cobertura florestal era muito abundante e densa.

Os expedicionários tiveram dificuldade em contactar esses povos, porque tratavam os brancos, bem-intencionados ou não, com hostilidade. Meyer e seus pares foram surpreendidos por várias emboscadas noturnas, apesar de que nenhum desses encontros ter produzido algum “acidente grave como foi a princípio noticiado”. Mesmo com tais dificuldades, Meyer conseguiu determinar os limites das terras indígenas, adquirir vários objetos e ter contato com alguns indígenas que viviam entre os colonos desde criança. Os que moravam recolhidos nas matas não foram sistematicamente contactados e a expedição seguiu seu objetivo, que era atingir o Mato Grosso passando pela Argentina e Paraguai (*Etnographia Brasileira*, 1896).

O que se destacou nas informações sobre essa viagem foram os mapeamentos minuciosos onde se localizavam produtos naturais que poderiam ser explorados, lugares completamente desabitados e os locais de moradia dos indígenas. Essa e as demais notícias sobre os interiores inexplorados do Brasil eram publicadas em jornais de grande circulação e tinham entre seus objetivos gerar uma comoção empresarial para com esses supostos espaços vazios, que estavam abertos para o investimento agrário. O avanço do desmatamento são fortes indícios dessa expansão comercial, como podemos ver com as florestas atlânticas de São Paulo. Em 1886, a cobertura florestal do estado era de 70,5%, mas passados onze anos, ela havia caído para 58%, um declínio acelerado e que chegaria a 45% em 1920. Desde 1900, essa floresta só não foi mais desmatada que o Havaí e as coberturas da África do Sul (Marques, 2022, p. 173).

POVOS ORIGINÁRIOS REIVINDICANDO DIREITOS

A resistência dos indígenas nos primeiros anos do Brasil republicano não se limitava ao revide dos ataques e invasões que sofriam em suas terras e aldeias, porque muitos deles se organizavam em verdadeiras epopeias, andando a pé por centenas de quilômetros para solicitar audiências com o intuito de serem ouvidos, exigir respeito aos seus territórios e meios de sobrevivência. Apesar de pouco estudadas, essas ações de luta por direitos eram

comuns devido à quantidade de informações que encontramos⁷. Assim, quando Rodrigues Alves era governador em São Paulo recebeu em 1900 o cacique guarani Galdino Pedro da Silva e mais quinze companheiros seus, que vinham reclamar das constantes invasões que ocorriam na aldeia Tariry (Índios Guarans, 1900).

Não temos informações sobre o que se sucedeu após a essa audiência, mas esse movimento iniciado por Silva rendeu aos seus herdeiros a posse da terra em que viviam, que só foi demarcada oitenta e sete anos depois, não sem antes passarem por migrações forçadas, enfrentarem uma epidemia de varíola e verem os habitantes da aldeia serem divididos, uns ficando no litoral e outros indo morar mais no interior (Macedo, 2009, p. 21; Terra Indígena Itariri, 2024). Três anos depois, o gabinete de Bernardino de Campos Júnior recebeu os últimos sobreviventes dos Guarani que viviam às margens do rio Itararé, na divisa do Paraná com São Paulo. Eram somente dez pessoas, que estavam sendo chefiadas por Joaquim Francisco de Almeida e seus nomes eram José Fidelis, Francisco Fortunato, Pedro Fidelis, José Ignacio, Cândida Luiza, Balbina Verônica, Virginia Pedro, Maria Rita e Galdino Pedro da Silva.

Toda essa gente andara mais de oitenta quilômetros, mas o governador paulista não se achava na capital e sequer foram recebidos por algum secretário. Quando foram entrevistados, estavam se preparando para descer até o Rio de Janeiro e tentar uma audiência com a presidência. Declararam virem reclamar que as autoridades próximas de onde moravam estavam devastando sua terra, que era ocupada por eles há mais de sessenta anos (Índios Guarans, 1903a). Os remanescentes desse povo residem na Terra Indígena Tekohá Porã, que jamais foi demarcada e contava com trinta residentes em 2014⁸.

Em 1899, na cidade de Goyaz, esteve no gabinete do governador o major Joaquim Lino, indígena Xerente, acompanhado de José e Fellipe, todos moradores da aldeia Piabanha. Procuravam apoio contra o fazendeiro amazonense Antônio Urubu, que invadiu o território e avançava naquele momento nas terras do Capitão Sepé, outra liderança de seu povo (Gyaz, 1899). Aquela, porém, não era a primeira vez que os moradores da aldeia Piabanha buscavam ajuda, porque em janeiro de 1895, a liderança Gabriel e mais quinze

⁷ Sobre isso, nos levantamentos para esse artigo e o desenvolvimento subsequente da pesquisa que o circunda, não encontramos trabalhos específicos sobre essa forma de luta dos indígenas no início do século XX.

⁸ A Terra Tekohá Porã, dos Guarans Ñadeva, contudo, ainda não foi demarcada, mesmo tendo seu estudo se iniciado em 2007. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/4892>. Acesso em: 10/09/2024.

indígenas saíram do rio Tocantins, andaram a pé até Uberaba e aí tomaram o trem pela Mogyana rumo à capital paulista, de onde vinham

pedir ao Sr. Presidente do Estado passagens para o Rio de Janeiro, onde querem ir, afim de solicitar do Sr. Presidente da República esmolas de que se julgam merecedores, como primeiros povoadores do Brasil (Sic), e providencias para melhorar a aldeia Piabanha; querem também roupas feitas, fazendas, calçados, chapéos, espingardas e munições, instrumentos para a lavoura, brincos para as orelhas das índias, dinheiro, gado vaccun e cavallar. Tudo quanto pedem consta de uma relação que está em poder do chefe que os acompanha (Índios Chavantes, 1895).

O jornal que dá a notícia sobre o périplo dos Xerente liderados por Gabriel nos presta informações valiosas sobre o que aquele grupo pleiteava. Apesar do filtro colocado pela leitura do articulista, tanto do documento dos indígenas, quanto de suas falas, que certamente ouviu, percebe-se professarem um forte sentimento de nacionalidade, porque se colocavam entre os primeiros brasileiros. A maioria dos benefícios solicitados tinha a ver com a subsistência da tribo e até mesmo com o cuidado estético, tendo em vista que as mulheres gostariam de usar brincos.

Aqueles Xerente conseguiram descer de São Paulo para o Rio de Janeiro, encontrando o presidente Prudente de Moraes, que “por falta de verbas” não atendeu aos pedidos dos indígenas. No retorno a aldeia, contudo, eles tiveram o auxílio inusitado da professora Leolinda Daltro de Figueiredo, que consegue algum apoio de particulares e em 1898 chegou a ser indicada como diretora do aldeamento. As desventuras da professora, apesar disso, não deixaram qualquer registro na memória dos mais velhos entre os Xerente em um passado recente, enquanto a aldeia Piabanha padecia, em 2016, de problemas estruturais, contando com três casas e catorze moradores (Lima, 2017, p. 195-196; Schroeder, 2010, p. 70).

Na capital de Pernambuco, Recife, chegou um grupo de indígenas Tuxá em 1908, que procuravam uma audiência com o governador Herculano Bandeira de Melo. A comitiva era composta por Polycarte Dias dos Santos, Jacintho Baptista dos Santos, Ignacia, Cordulina, Antônia Maria de Barros, Libania Barbosa e a menor Enedina de Barros, acompanhados de Jovino dos Santos Barros, procurador e intérprete na audiência junto ao gabinete. Na reunião, foi entregue um documento onde constava que

Jacinto Baptista dos Santos, morador na ilha da Viúva, deste termo, com profissão de agricultor, reconhecido por mim tabelião público vitalício e por elle foi dito que protestava contra os arrendamentos de seus terrenos das ilhas neste termo de Belém do Cabrobó, que estava sendo dirigido pelo conselho municipal deste município de Belém do Cabrobó, assim como o terreno firme da povoação de Rodelas, do município de Curral dos Bois, do Estado da Bahia, cujos terrenos annexos de um e outro estado foram doados no regimen monarchico a elle índios e a seus companheiros (Índios Tuxás, 1908).

Aqueles Tuxá afirmaram residirem na aldeia Sertão das Rodilhas há pelo menos trezentos anos, onde cultivavam mandioca, cana, algodão e praticavam a indústria da pesca. Afirmaram, também, que contavam com cerca de duzentos e vinte membros, eram pacíficos há muito tempo e abrigaram inclusive uma missão religiosa. Até chegarem em Recife, percorreram quase todo o estado a pé, parando para descansar em Paulo Afonso e Garanhuns apenas. O resultado da audiência foi que o governador se comprometeu a tomar providências e solicitar informações ao prefeito de Cabrobó.

O périplo daqueles Tuxá lhes garantiu uma recepção com o governador pernambucano, o que nos legou a transcrição do pedido feito. O documento era direto, que se mantivessem o direito à posse da aldeia e ilhas no rio São Francisco. Ao que tudo indica, a comitiva alcançou seu objetivo, que durou mais oitenta anos, porque em 1988 foi inaugurada a hidroelétrica de Itaparica, quando a ilha da Viúva foi inundada e parte da tribo foi morar na cidade de Rodelas e em mais três terras indígenas próximas (Tuxá, 2024).

Em 1902, o entorno da aldeia Alegria dos Apinajés, no atual Tocantins, estava sendo invadido pelo fazendeiro Leão da Boa Vista, mas o capitão indígena Joaquim Ribeiro de Souza não queria mais violações e “procurou harmonizar” a questão. Foi se encontrar com o pecuarista, que lhe ridicularizou dizendo que “elle não era capitão nem nada”. Ofendido, Souza reuniu o tenente Etelvino, o alferes Constantino e os soldados Agostinho, José, Manuel, Claudino e João, que decidiram procurar auxílio no Rio de Janeiro, viajando da aldeia para a capital federal quase todo o percurso a pé.

Esse corpo militar procurava uma audiência com Campos Sales, presidente naquele período, a quem chamavam de Papae Grande, e tinham uma forte disciplina, porque “os graduados não permanecem no lado dos seus soldados e estes guardam os preceitos”. A bagagem “dessa boa gente consta de samburás feitos caprichosamente de bambus, cabaças

de vários tamanhos”, cachimbos, água, sal e miçangas, além de fumo e palha (Os Índios do Tocantins, 1902).

A presença de um grupo tão organizado chamou a atenção da elite carioca, que os levou para diversos passeios, como a recepção promovida pelo deputado Manuel Pereira Reis e uma audiência com o diretor da Biblioteca Nacional, que fez uma análise do idioma Apinajé (Os Índios do Tocantins, 1902a). Dias depois, porém, Joaquim Ribeiro de Souza dizia a um repórter que se encontrava aflito, porque estavam há dias na delegacia central sem serem recebidos e tinha vontade de voltar para sua aldeia, porque dois dos seus companheiros estavam gravemente doentes. A última informação que se tem sobre eles é que “a febre não havia declinado, ao contrário, aumentara, acusando Manuel Antônio de fortes dores no ventre” (Os Índios do Tocantins, 1902b).

Chama a atenção que os Xerente e Apinajé utilizavam a nomenclatura e costumes militares para se identificarem, o que parece incomum a muitos olhos, mas é uma prática que perdura até a atualidade entre muitos indígenas. Os Guajajara do Maranhão já se organizavam militarmente desde pelo menos 1901 – como veremos adiante – e desde o início da década de 2020 montaram o batalhão Guardiões da Floresta, que procura defender o território onde vivem das invasões de grileiros, madeireiros e conter o desmatamento (Schavelson, 2021).

Além disso, nota-se que a busca por auxílio que esses indígenas procuravam se constituíam em verdadeiras epopeias, onde comitivas andavam centenas de quilômetros. Essas marchas reconheciam os poderes estatais brasileiros, mas destacamos que elas lutavam para que os direitos desses povos também fossem reconhecidos, ou seja, sabiam que a Constituição de 1891 não fazia nenhuma menção sequer aos indígenas, procurando mantê-los na invisibilidade e lutavam constantemente contra isso (Baleiro, 2012; Bueno; Tomporoski, 2020, p. 215). Enquanto essas marchas ocorriam, nos ministérios esperava-se que tais populações fossem concentradas em espaços territoriais restritos (Rodrigues, 2007, p. 109).

BRASIL CONFLAGRADO

Assim, temos um cenário onde o Brasil enquanto país abandonou qualquer política de atuação junto aos povos originários entre 1880 e 1910, financiando somente uma parca

missão católica no Mato Grosso. Seus interiores eram quase que intocados, mesmo após 400 anos de ocupação não indígena, e essas populações exerciam pressões nos governantes, procurando soluções para os problemas que vivenciavam. Lembramos que a interiorização da cafeicultura, pecuária e outras levou a um acirramento da guerra contra os povos originários, que lutaram em muitas frentes.

Frisamos que esse contexto de guerra contra os povos originários, que foi tão característico das duas primeiras décadas da república e últimos anos do império, não era novidade e herdava séculos de colonialismo. Em nosso título, invertemos a lógica de uma dada notícia de 1891 para tentar trazer a ótica indígena:

Na manhã do dia 1º deste mês os índios Parintintins deram um assalto no sítio de residência do proprietário Pádua, no Rio Madeira, matando duas pessoas e ferindo gravemente seis. Houve resistência e defesa da parte de Pádua, mas apenas foi morto o índio Tuchano (Belém, 1891).

Dessa forma, se houve resistência e defesa, ela se deu por parte dos indígenas, que estavam lidando com a secular invasão de seus territórios. Essa pesquisa prospectou notícias em jornais, relatórios de viagens, sobretudo dos etnógrafos, e alguns documentos oficiais, procurando informações sobre os indígenas, onde identificamos assuntos significativos que voltavam com uma certa constância. Percebemos que aquelas informações se agrupavam e significavam serem experiências vividas, isto é, processos históricos de “práticas ordenadas e estruturadas de maneiras racionais⁹” (Thompson, 2021, p. 75; 254).

Não se trata de evocar como naturalizada a reação violenta contra uma ação desse tipo, mas de demonstrar que naquele momento se vivia essa guerra, que emerge nesse tipo de fonte jornalística. Obviamente que as notícias de jornal possuem filtros, são questionáveis ou acentuam determinados pontos de vista, ou seja, não as tratamos como fontes verdadeiras em si, mas numa ótica estrutural, de que as notícias sobre essa guerra vão se tornando crescentes ao longo da década de 1880, atingem um ápice entre os anos 1890 e 1900, chegando a um ponto de inflexão em 1910, quando decaem e em muitos conflitos entram na cena os funcionários do Serviço de Proteção ao Índio e Localização de Trabalhadores Nacionais.

⁹ Mas, por óbvio, sabemos que as dinâmicas sociais não se processam apenas nas ações e reações dos conflitos sociais. Frisamos à Bourdieu, porém, que os conflitos sociais são praticados sempre com violência, física ou simbólica (Thiry-Cherques, 2006).

Assim identificamos alguns tipos de experiências nesse cenário: a) as respostas dos indígenas aos processos que procuravam retirar sua humanidade; b) os contra-ataques promovidos contra as colônias que invadiam seus territórios; c) os conflitos oriundos do bandeirantismo moderno, que tinha duas divisões, uma com ações mais individualizadas e voltadas para defender propriedades únicas e outra com atividades coletivas, dirigidas ao esvaziamento de vastas regiões.

Dessa feita, a primeira forma de combate aos indígenas que identificamos no período aqui levantado foi a de desumanizar esses povos, que tinham de ser “civilizados” com um catecismo iluminador de suas consciências, que os viam como atrasados e infantis, devendo ser transformados em trabalhadores cidadãos. Ação típica desse tipo foi a que provocou a rebelião dos Guajajara em 1901. Nesse ano, encontramos um informe sobre um grande conflito envolvendo a missão dos padres capuchinhos e esse povo, que moravam nas proximidades da cidade de Grajaú, Maranhão.

Apesar de ter sido escrito pelas Irmãs Meninas Recolhidas, que têm, obviamente, um lado muito bem definido, ficamos sabendo que os indígenas atacaram o lugar Alto Alegre, matando ali diversas pessoas – na contagem delas, foram cerca de duzentas. Mesmo que esse dado tenha sido inflacionado, a tribo não acordou em certo dia cheia de vontade para matar missionários. Houve um motivo. Desde seu início, a missão atuava na captação dos menores daqueles Guajajara e os “frades sentiram por parte dos indígenas a maior repulsa na entrega dos filhos para a educação catechista”.

O tratamento dispensado pelos clérigos às crianças não deveria ser dos melhores, porque as irmãs se apressam em dizer que “os frades, porém, tinham sempre sentimentos paternais para os índios”, mas se o uso das palmatórias era regra corrente nas escolas regulares daqueles anos, é de se imaginar o que se passava na missão. De todo modo, os Guajajara não atacaram o lugar sem qualquer aviso ou preparo, porque “ultimamente, porém, as considerações iam desaparecendo e as ameaças de tomada dos pequenos índios corriam das aldeias ao estabelecimento”. As irmãs ainda dizem que

Attribue-se que os indígenas de há muito premeditavam a horrível tragedia. Communicando entre si, estabeleceram uma corrente de transações neste sentido entre os diversos aldeamentos, que demoram nas margens dos rios Grajahú e Mearim e na extensa região inculta que se estende dos pontos ribeirinhos às vastas mattas de Gurupy, Monção e Pindaré (Horroroso Massacre, 1901).

A situação que se desenrola é a seguinte: um grupo de padres se estabelece a revelia dos Guajajara nas fronteiras de seu território, capturam os filhos destes e os criam como bem entendem; após algum tempo a tribo começa a reclamar com os missionários, querendo suas crianças de volta; pela descrição os reclames foram demorados, assim como as articulações entre várias aldeias sobre que atitude tomar diante dessa situação; mesmo sabendo desse desconforto e dos preparativos para alguma represália, os padres continuavam com sua prática de raptos dos menores.

A questão a frisar é que os padres teimavam em continuar com essa ação sabidamente repugnante, mesmo quando nos remetemos ao início do século XX, porque não é difícil imaginarmos historicamente o que esses homens faziam com crianças à noite em quartos fechados. Outro ponto é que a maioria dos povos que visse seus filhos serem tomados teria agido com violência sem tantos avisos prévios como fizeram os Guajajara.

Após o ataque, foi constituída uma comissão organizada pelo capitão Mello Falcão, coronel Epifâneo Moreira de Souza, tenente-coronel José Leonil da Cunha e Luiz Rodrigues de Miranda, que entregaram os poderes de comando de um grupo armado ao tenente Thomé Vieira Passos. Essa malta contava com sessenta homens e tinha o primeiro objetivo de ir desalojar os Guajajara de sua aldeia, mas o combate ocorreu nas matas dos arredores do Alto Alegre e “dos nossos ficaram fora de combate três mortos, 12 feridos e douzessete que desapareceram na matta. Maior, porém, foi o número dos mortos indígenas, tal era a audácia com que se expunham na peleja”. No combate, os militares ficaram sabendo que as aldeias Barra do Corda, Grajau e Monção lutaram juntas, conseguindo expulsar momentaneamente os invasores. As irmãs terminam o relato dizendo que os vilarejos ficavam distantes dos principais centros povoados do estado, mas uma força policial estava vindo em socorro (Horroroso Massacre, 1901).

Diversas expedições foram armadas contra as aldeias Guajajara, com incalculáveis mortos e presos, como é o caso do guerreiro Jorge, que no seu depoimento informou que o chefe Caboré estava em fuga com algumas crianças que tinham sido resgatadas. Em outra batida, um guerreiro sobreviveu e foi levado a prisão. Era Fortunato, que “confessou que Caboré ainda tem em seu poder muita gente, 7 cristãos, que são Antônio Ceará, sua mulher, 2 filhas e 3 moças levadas do convento do Alto Alegre” (No Alto Alegre, 1901; Os Índios, 1901).

Caboré era apontado como a principal liderança Guajajara e seguia em fuga, mas perto do final de 1901, enfim, resolveu se render. Com ele foram presos ainda Pedro Pinto, Manoel Paiva, João Cezário, Serafim, três mulheres e uma criança. Na cadeia da cidade de Barra do Corda já tinham sido presas trinta e seis pessoas junto com o chefe Caboré, mas outras duas lideranças ainda permaneciam em fuga, Pedro e José de Lima. Ao que tudo indica os presos começaram a ser mortos no cárcere, porque Caboré “apareceu” morto em um determinado dia sem maiores explicações (Os Índios, 1901; Prisão e Morte, 1901a). Através da pesquisa de Peter Schröder ficamos sabendo que essa perseguição durou anos seguidos e muitos mortos permaneceram dentro das matas maranhenses (Guajajara, 2024).

A desumanização aqui fica evidente, porque não era suficiente os Guajajara ser quem eram. Era preciso catequizá-los a força, raptando seus filhos pequenos. É sugestivo pensarmos que o rapto continuou mesmo com o avizinhamento de uma rebelião, porque com ela se justificava uma correria desenfreada contra a tribo, que traria no seu bojo o esvaziamento do território, ou seja, o catecismo aí era somente um pretexto para reocupação da terra.

Em 1910 temos outro caso de desumanização passado pelos Bororo, que utilizavam de uma prática singular para contrabalancear essa violação. Naquele ano, os padres salesianos João Balzola e Baptista Couturou, acompanhados pelos indígenas Francisco e Marcos, andaram por mais de mil e duzentos quilômetros no Mato Grosso para fazer um recenseamento dos Bororo. Passaram dois meses nessa empreitada e na última parada junto a colônia Izabel às margens do rio Tarigara¹⁰, reuniram moradores das três últimas aldeias, onde sucedeu

Causa singular, quando nas aldeias faltavam índios, os que lá estavam declaravam o nome de todos; iam sempre procurá-los; e os missionários verificavam repetidas vezes, terem elles dito sempre a verdade. Cumpre notar: O índio recusa-se a declarar o nome que tem no seu idioma, e vários fazendeiros admiraram-se por completo vendo com que confiança e prontidão diziam-no aos dois abnegados missionários. Há fazendeiros que ocupando bororos como camaradas de há uns 4 ou 5 annos, nunca conseguiram saber o nome indígena e ficaram pasmos vendo a facilidade com que elles o declararam ao missionário (Recenseamento, 1910).

¹⁰ Trata-se, muito provavelmente, da região coberta pela atual Terra Indígena Perigara, que corresponde, nos seus limites, com a área descrita na reportagem de 1910. Dados em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3818>. Acesso em: 30/09/2024.

Já vimos que a missão salesiana tinha seus problemas, mas é óbvio que muitos Bororo se sentiam atraídos pela amizade dos padres e isso fica evidenciado pela liberdade que tomavam ao declarar seus verdadeiros nomes ao levantamento que se efetuava. Na passagem, fica-se sabendo que os fazendeiros estavam pasmados em ver essa relação de confiança, que não se aplicava a eles. Os indígenas sabiam que eram tratados como uma espécie de sub-iguais, porque trabalhavam para os pecuaristas como meros camaradas, recebendo, talvez, algum rancho precário. Sabendo que o trabalho a que eram submetidos era indigno, por que declarar àqueles falsos camaradas seus nomes verdadeiros?

Se a tática de desumanizar os indígenas era corrente, a segunda experiência foram as reações contra as colônias construídas nos pontos centrais de seus territórios. O povo Kagwahiva, conhecidos como Parintintin, tinha sido desalojado de seu território primordial do rio Tapajós no começo do século XIX por vários assentamentos agrícolas, indo se estabelecer às margens do rio Madeira (Kracke, 2024). Em seu novo lar, porém, não tiveram paz, porque vários seringais foram sendo abertos na região para a produção da borracha e os conflitos não tardaram. Assim, o lugarejo São Sebastião foi palco de mais um embate violento envolvendo esse povo e os seringueiros em 1910, quando seu Ildefonso e sua esposa foram mortos. Seus vizinhos organizaram uma patrulha fortemente armada, dando combate aos indígenas, ao passo que o seringalista proprietário “fugiu para Manaus, acompanhado de sua família” (No Amazonas, 1910).

Os Kagwahiva viviam em deslocamentos e numa guerra por mais de oitenta anos, segundo observou Curt Nimuendajú em 1924. Poucos anos antes tiveram que abandonar as redondezas do lago Uruapiara, mudando-se mais para o sul, onde “nesta confrontação até hoje não existem moradores civilizados na margem do Madeira”. A leste, porém, os rios Maici e Marmelos já eram ocupados por seringais, principalmente o de propriedade de Manoel Lobo, o Paraíso (Nimuendajú, 1954, p. 211-212).

Um pouco antes, em 1904, ainda no rio Madeira, o senhor Victalino João de Carvalho instalou ou adquiriu um seringal em uma região com muitas cachoeiras¹¹, que era habitada pela tribo Karipuna. Não se tem muitas informações sobre os motivos que levaram a um assalto desse grupo a propriedade de seu Victalino, onde pereceram sete pessoas, mas é certo que ele montou duas expedições para “desalojar os índios daquelas paragens”

¹¹ Pela indicação, é possível que seja na região da atual Usina Hidrelétrica do Jirau, que fica onde era o antigo território Karipuna.

(Morticinio no Madeira, 1904). Ao longo do século XX a situação dos Karipuna só piorou, porque seu território foi constantemente invadido e sofreram sucessivos massacres ao ponto de, em 2004, existirem não mais do que seis remanescentes deles em Rondônia (Karipuna, 2024). Saindo da Amazônia vamos ao Paraná, para a colônia de Lucena em 1897, que foi aberta num território indígena.

A região do município de Rio Negro era ainda naqueles anos permeada por vastas e densas matas, habitadas por povos indígenas adjetivados de Botocudos, que eram arredios aos contatos. Ainda assim, o governo ajudou a instalar ali a colônia de Lucena, habitada por poloneses. A principal estradinha do assentamento era a que mais adentrava no território indígena, gerando atritos quase que diários onde tropas que comerciavam entre o Paraná e Rio Grande do Sul eram saqueadas, os colonos às vezes fugiam de flechadas e houve, segundo se noticiou, um ataque onde dezoito pessoas foram assassinadas.

As autoridades foram chamadas para acudir na situação porque eventos desse tipo “trazem a falta absoluta de segurança para a vida e propriedade dos colonos” (Assalto, 1903). A pesquisa de Ursula Prutsch apontou uma série de outros conflitos entre Botocudos e colonos de várias origens europeias nos entornos da colônia Lucena, o que levou o caso a ser discutido até mesmo pelo Ministério das Relações Exteriores do Império Austro-Húngaro. Walter Pohl, vice-cônsul austro-húngaro em Curitiba, visitou o local dos conflitos, procurando posteriormente armas para os colonos e incitando o governo paranaense a contratar bugreiros para matar o que denominava de selvagens (Prutsch, 2014, p. 2-4).

Quem eram aqueles Botocudos é difícil dizer, porque os planaltos ao sul de Curitiba foram devassados. No Paraná o território originário mais próximo é a Rio Areia, que ainda assim dista cerca de quarenta quilômetros de Rio Negro e é habitada por Guaranis, mesmo povo que reside do lado catarinense na outra terra indígena mais próxima, Ibirama-La Klänō, com mais de noventa quilômetros de distância (Terra Indígena Ibirama, 2024; Terra Indígena Rio Areia, 2024).

E como dar cabo desses povos que perturbavam os avanços de propriedades pelos interiores? Uma ação mais ou menos organizada e que ocorria por todo o Brasil era a contratação por parte dos proprietários de maltas com capatazes que patrulhavam seringais na Amazonia, fazendas no Centro Oeste ou plantações no Sudeste. É o que podemos chamar essa experiência social de bandeirantismo moderno, que tinha uma ação que se originava

em algumas vezes de um proprietário ou em outras com um grupo deles. Essa é a terceira tática de combate aos indígenas.

O bandeirantismo dos séculos XVII e XVIII era caracterizado pelo apressamento de povos indígenas para serem utilizados na escravidão, o que segundo John Manuel Monteiro era uma “realidade incontestável, o fato de os índios formarem a base de toda a produção colonial em São Paulo” (Monteiro, 2022, p. 164). Dessa forma não podemos anacronicamente transpor essa característica para o final do XIX e início do XX, porque o bandeirantismo praticado nesse tempo não tinha o objetivo de escravizar os indígenas, mas simplesmente matá-los, fazendo com que os sobreviventes abandonassem seus territórios, ou seja, a luta não era para dominar uma mão de obra, mas conquistar a propriedade rural da terra.

Logicamente que a utilização da mão de obra indígena sempre foi utilizada nesse período de 1880 e 1910 em seringais, como agregados atuando nos serviços domésticos e outras tantas áreas, mas esse uso passou a ser secundário – isso porque havia aí a substituição dos ex escravizados negros por europeus, os imigrantes nordestinos no norte e sudeste etc. O extermínio dos indígenas vinha em primeiro plano e o uso de sua mão de obra, no segundo.

Uma das evidências desse bandeirantismo com vistas ao extermínio é um caso que se deu em Minas Gerais em 1903 em uma dada fazenda, atacada por indígenas. O patrão contratou um regimento que partiu para vasculhar as matas e, após seis dias de marcha, encontraram um aldeamento e “da lucta havida entre os sertanejos e selvagens, grande foi o número de selvagens fora da lucta e, como tropheu, os sertanejos fizeram prisioneiro um pequeno índio de 8 annos mais ou menos” (Notas, 1903).

Em São Paulo, no quadrilátero entre os rios Aguapeí e Tietê, as matas eram ricas em caça e pesca, atraindo muitos indígenas Kaingang, que por ali construíram suas aldeias. Acontece que a presença deles era, literalmente, vigiada com violência pela figura do espião, um trabalhador contratado pelos proprietários com o intuito de amedrontar e dar combate aos indígenas. Por isso, nas fazendas daqueles “Campos Novos”, se “conservar um espião, nome que dão a uma pessoa a quem entregam a defesa das casas e cultivados” era essencial, cabendo a ele ficar “constantemente em giro, cercando as moradas e culturas com picadas e sempre em alerta. Inspira receio ao índio que então não ataca”.

O mais notório desses espias foi Adãozinho, que impediu ataques no Aguapeí até 1894, porque sempre estava “em excursões, destruindo os ranchos, estragando os montes de flechas que os índios acumulam nos seus trilhos, era um espião que os fazia fugir a logar onde mais tranquilos ficavam”. Para se evitar futuras agressões, os proprietários estavam se aproveitando das picadas deixadas pela Comissão Geográfica e Geológica de 1886, onde colocavam entre dez e doze soldados,

Guiados por alguns sertanejos e deixando um destacamento menor na picada, onde estiver o trilho que conduz a aldeia, está em um ou dois dias será alcançada. Chegando na aldeia, queimar alguns dos ranchos e, voltando, abrir mais a picada, fazendo algumas pontes, em summa, procurar demonstrar ao índio que se pretende voltar. Será o suficiente; o índio atemoriza-se e se retira. Não haverá combate, porque o índio foge sempre com aproximação da comitiva (Sertões, 1906).

Os espias paulistas eram fantasmas que amedrontavam os povos indígenas, atacando seus utensílios, mantimentos e moradia, mas não os matavam, segundo se noticiava na época. Difícil é acreditar que Adãozinho e os seus parceiros não ultrapassavam essa linha, porque os Kaingang de São Paulo sofreram verdadeiros morticínios. Uma notícia, por outro lado, nos mostra o lado mais coletivo do bandeirantismo moderno. Trata-se de um documento goiano de 1888, onde os indígenas vinham “se mostrando no rio Claro” e “parece que essas incursões teem connexão com o período da colheita, sendo signal, além de outros, da presença dos selvícolas n’uma região, a depredação nas roças”.

A essas aparições, o capitão Geraldo e seus vizinhos atacaram com tiros para o ar, o que foi suficiente para espantar momentaneamente as incursões, mas é possível que essa reação não tenha sido tão ingênua assim, porque dias mais tarde houve um violento encontro, onde o funcionário Manuel Leite foi morto no roçado. Os colonos identificaram logo o povo, eram os Caiapó, que

roubaram tudo quanto encontraram: silhões, machinas de costura, que foram depois encontradas pelo campo arrebentadas e etc. Mataram cavalos, espalharam mantimentos, queimaram ranchos, etc. Só a Innocencio deram um prejuízo de mais de quatrocentos mil réis (O Far-west do Brazil, 1888).

O que seguiu foi que o senhor Geraldo e seus vizinhos organizaram em pouco tempo uma bandeira, composta de quarenta pessoas (no documento de época, o termo bandeira

foi utilizado para descrever esse ajuntamento). O ataque desta, porém, não deu resultados expressivos, por isso foi organizada outra, comandada pelo mestiço Felix, que era um “trilhador” de profissão. Apesar de contar com apenas doze homens, ela expulsou os Caiapós das redondezas da fazenda São João, encontrando, também, algumas aldeias abandonadas. Os proprietários das fazendas pagaram cem mil réis para que Felix fosse morar na região, dando-lhe uma pequena lavoura e criações no distrito de São José. A partir daquela base, ele poderia montar suas bandeiras para expulsar os indígenas.

Um caso em que o bandeirantismo moderno aparece em todas as suas vertentes, é quando lidamos com o genocídio contra o povo Oti, de São Paulo. Em 1909, o etnólogo alemão Curt Unkel Nimuendajú foi contratado pelo Museu do Ipiranga para contatar os últimos membros dessa tribo, fazendo um levantamento minucioso com entrevistas e buscas na região dos Campos Novos para saber o que acontecera com eles.¹²

Soube então que por volta de 1870 o fazendeiro João da Silva teve uma tropa de oitenta éguas mortas pela tribo, que consumia a carne dos equinos. De imediato ele reuniu quase sessenta homens, que saíram numa caçada pelo curso do rio Sapé e seus afluentes, encontrando uma aldeia no córrego da Lagoa. Nimuendajú diz que não se pode assegurar quantos indígenas morreram ali, mas “José Paiva, um dos que fizeram parte do grupo dos assaltantes, disse-me que os mortos estavam em montes sobre o terreno, e outras pessoas me garantiram que o número deles alcançava a 200: no entanto parece exagero” (Nimuendajú, 2013, p. 277).

Nos anos seguintes, “novos planos de assaltos foram feitos, e finalmente atiravam aos Otis matando-os aonde quer que fossem encontrados, fazendo-se um divertimento em os apanhar com o laço no campo”. O etnólogo anotou com certo espanto que esses indígenas perseguidos como animais jamais revidavam, “nem mesmo no maior aperto”. Entre 1870 e 1880 o grupo foi se reduzindo, mas

De vez em quando, porém, ainda se davam roubos de gado e também de vez em quando matavam os criadores um ou outro Oti que encontrasse pelo campo, ou quando sabiam que eles estavam refugiados em algum samabaial seco ateavam-lhe fogo. Por esses diferentes processos de extermínio, estava em 1890 a tribo dos Otis reduzida a umas 50 cabeças (Nimuendajú, 2013, p. 279).

¹² A rigor os Otis não eram nem Chavantes, Kaingangs ou Guaranis, outros grupos com quem mantinham fronteiras. Pelo relato de Nimuendajú, os fazeres culturais desse povo extinto se diferenciavam demais dos seus vizinhos, com quem guerreavam com frequência.

O resultado dessas matanças sistemáticas é que, em 1908, só existiam três mulheres Otis, que fizeram contato com um boiadeiro no riacho Marambaia, afluente da margem direita do Capivary. No ano seguinte, Nimuendajú encontrou vestígios delas na região do rio do Peixe, sabendo que dias depois dessa descoberta, “uma índia tentara chegar-se a um homem que estava tirando cipós; não tendo, porém, esse homem noção alguma de índios, por ser novo aí, a teve por louca e fugiu” (Nimuendajú, 2013, p. 280).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Uma conclusão lógica é que durante os aproximadamente trinta anos que vão de 1880 a 1910, criou-se uma cultura de não intervenção estatal na questão indígena e quando ela ocorria, quase sempre, se dava em favor dos proprietários rurais. Essa cultura política se assenta ao longo do século XX, o que pode ser verificado com as denúncias presentes no Relatório Figueiredo de 1967, quando o Serviço de Proteção ao Índio é exposto e as conivências com genocídio, arrendamento de territórios indígenas e atuação em favor dos grandes investidores são denunciados.

Verifica-se, também, que naqueles anos o Brasil era praticamente que pontilhado por territórios indígenas, que vão sendo reocupados através de atritos violentos. Essa é outra característica fundante que vai se solidificando nas décadas seguintes, a constante redução desses territórios e suas populações. Pelo lado dos indígenas percebe-se que há o surgimento de uma luta junto as mais variadas esferas estatais em prol de seus direitos, de manutenção das suas terras e vida. Esse processo de luta é continuado e não cessa até os dias contemporâneos.

Podemos dizer que esses povos só não foram completamente extermínados justamente por esse processo multifacetado de resistências que, como tentamos demonstrar, foi se adaptando nesse período de transição e demonstrando que na República não teriam um minuto de paz.

REFERÊNCIAS

- A PROTEÇÃO DOS ÍNDIOS. *Jornal do Brasil*, ed. 177, 1910.
- AMAZONAS. *Jornal do Commércio*, ed. 257, 1897.
- ASSALTO. *Jornal do Brasil*, ed. 35, 1903.
- BALEIRO, Aliomar. *Coleção Constituições Brasileiras*, vol. 02. Brasília: Senado Federal, 2012.
- BELÉM. *Jornal O Republicano*, ed. 10482, 1891.
- BORORO. 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Bororo>. Acesso em: 10/09/2024.
- ESTADO DE GOYAZ. *Jornal do Commércio*, ed. 82, 1896.
- ESTADO DO MATO GROSSO. *Jornal do Commércio*, ed. 58, 1896.
- ETNOGRAPHIA BRASILEIRA. *Jornal do Commércio*, ed. 151, 1896.
- GOYAZ. *Jornal do Commércio*, ed. 12767, 1899.
- GUAJAJARA. 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Guajajara>. Acesso em: 10/09/2024.
- ÍNDIOS CHAVANTES. *Jornal do Commércio*, ed. 102, 1895.
- ÍNDIOS GUARANYS. *Jornal O Republicano*, ed. 13389, 1900.
- ÍNDIOS GUARANYS. *Jornal O Republicano*, ed. 153, 1903a.
- ÍNDIOS TUXÁS. *Diário de Pernambuco*, ed. 194, 1908.
- KARIPUNA. 2024. Disponível em: https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Karipuna_de_Rondônia. Acesso em: 10/09/2024.
- KRACKE, Waud. Parintintin. Verbete de 2024 do Instituto Socio Ambiental. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Parintintim>. Acesso em: 12/09/2024.
- LIMA, Layanna Giordana Bernardo. Os Akwê-Xerente no Tocantins: território indígena e as questões socioambientais. Tese de doutoramento apresentada ao Departamento de Geografia da Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2017.
- MACEDO, Valéria Mendonça de. *Nexos da diferença: cultura e afecção em uma aldeia guarani na Serra do Mar*. Tese apresentada ao Programa de Pós Graduação em Antropologia da Universidade de São Paulo. São Paulo: USP, 2009.

MARQUES, Luiz. Brasil, 200 anos de devastação. O que restará do país após 2022? In: Revista Estudos Avançados, n. 36, pp. 169-184, São Paulo, 2022.

MONTERO, Paula. Antônio Colbacchini e a etnografia salesiana. In: Revista Brasileira de Ciências Sociais, vol. 22, n. 64, pp. 49-63, São Paulo, 2007.

MORTICINIOS NO MADEIRA. Jornal do Commercio, ed. 197, 1904.

NIMUENDAJÚ, Curt Unkel. O fim da Tribo Oti. Revista Tellus, n. 24, pp. 275-281, Campo Grande, 2013.

NIMUENDAJÚ, Curt Unkel. Os índios Parintintin do rio Madeira. In: Journal de la Société des Américanistes, vol. 16, pp. 201-278, Paris, 1924.

NO ALTO ALEGRE. Diário do Maranhão, 1901, ed. 08353.

NO AMAZONAS. Jornal O Republicano, ed. 16889, 1910.

NOTAS. Jornal Pharol, ed. 698, 1903.

O FAR-WEST DO BRAZIL. Jornal Goyaz, ed. 129, 1888.

OS INDIOS BOROROS. Jornal do Comércio, ed. 94, 1897.

OS INDIOS DO TOCANTINS. Jornal do Brasil, ed. 111, 1901.

OS INDIOS DO TOCANTINS. Jornal do Brasil, ed. 252, 1902.

OS INDIOS DO TOCANTINS. Jornal do Brasil, ed. 254, 1902a.

OS INDIOS DO TOCANTINS. Jornal do Brasil, ed. 255, 1902b.

OS ÍNDIOS. Diário do Maranhão, ed. 08390, 1901.

OS ÍNDIOS. Diário do Maranhão, ed. 08416, 1901.

PRISÃO E MORTE. Diário do Maranhão, ed. 08487, 1901.

PRUTSCH, Ursula. Migrantes na periferia: indígenas, europeus e japoneses no Paraná durante as primeiras décadas do século XX. In: Revista História, Ciências, Saúde – Manguinhos, vol. 21, n. 01, pp. 01-17, Rio de Janeiro, 2014.

RECENSEAMENTO. Revista Mensal de Sciencias, ed. 14, 1910.

RIBEIRO, Darcy. Os índios e a civilização: a integração das populações indígenas no Brasil Moderno. São Paulo: Global, 2017.

RODRIGUES, Cíntia Régia. As populações nativas sob a luz da modernidade: a proteção fraterna no Rio Grande do Sul (1908-1928). Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade do Vale do Rio dos Sinos. São Leopoldo: Unisinos, 2007.

SCHABELZON, Salvador. Guardiões da floresta: autonomia y conflito territorial em la Amazonia. In: Revista Tellus, n. 46, pp. 125-147, Campo Grande, 2021.

SCHROEDER, Ivo. Os xerente: estrutura, história e política. In: Revista Sociedade e Cultura, vol. 13, n. 01, pp. 67-78, Goiânia, 2010.

SERTÕES. Jornal O Republicano, ed. 15479, 1906.

TERRA INDÍGENA IBIRAMA. Verbete de 2024. Biblioteca Terras Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3682>. Acesso em: 12/09/2024.

TERRA INDÍGENA ITARIRI. Verbete de 2024. Biblioteca Terras Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3697>. Acesso em 15/09/2024.

TERRA INDÍGENA RIO AREIA. Verbete de 2024. Biblioteca Terras Indígenas do Brasil. Disponível em: <https://terrasindigenas.org.br/pt-br/terras-indigenas/3840>. Acesso em: 12/09/2024.

THIRY-CHERQUES, Hermano Roberto. Pierre Bourdieu: a teoria na prática. In: Revista RAP, vol. 40, n. 01, pp. 27-55, Rio de Janeiro, 2006.

THOMPSON, Edward Palmer. A miséria da teoria e outros ensaios. Petrópolis: Vozes, 2021.

TUXÁ. 2024. Disponível em: <https://pib.socioambiental.org/pt/Povo:Tuxá>. Acesso em: 10/09/2024.

VERONA, Ana Paula; JÚNIOR, Cláudio Santiago Dias. Os indígenas nos censos demográficos brasileiros pré-1991. In: Revista Brasileira de Estudos de População, n. 35, vol. 03, pp. 1-9, Rio de Janeiro, 2018.

VIAGENS. Jornal O Republicano, ed. 10677, 1892.

DADOS DE AUTORIA

Daniel da Silva Klein

Doutor em História pela Universidade de São Paulo (USP) - 2013. Graduado no curso de Historia - pela Universidade Federal do Acre (UFAC) - 2006. Mestre em Letras pela Universidade Federal do Acre (UFAC) - 2010. Graduado em Administração pela Faculdade São Miguel - 2010. Professor do Departamento de Teorias e Práticas Pedagógicas da Universidade Federal de São Carlos. E-mail: danielsilvaklein1984@gmail.com , Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-0190-2132>